



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 15M1

Meio Ambiente



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá

ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere

- 110 apenas às condições econômicas e financeiras, mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo. (B) explicativo.
- (C) alternativo. (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) José Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extrai-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

“Para proteger o meio ambiente deve-se evitar a ocorrência de danos sérios ou irreversíveis. A ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.” A qual princípio ambiental esse enunciado se refere?

- (A) Princípio do acesso equitativo dos recursos naturais.
- (B) Princípio da solidariedade intergeracional.
- (C) Princípio da precaução.
- (D) Princípio da informação.
- (E) Princípio da prevenção ou da preservação.

52

A Constituição Federal de 1988 consagra princípios ambientais internacionais, estabelece competências legislativas e administrativas que possibilitam o regramento do exercício das atividades poluidoras e da responsabilização por danos ambientais. Marque qual alternativa expressa corretamente essa nova ordem constitucional de proteção ambiental.

- (A) A ação popular e a ação civil pública foram consagradas pela Constituição Federal de 1988 como instrumentos para promover a defesa judicial do meio ambiente.
- (B) De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a educação ambiental obrigatória é da competência exclusiva dos Municípios, responsáveis pelo ensino fundamental.
- (C) A opção pelo modelo de Estado de direito ambiental pode ser identificada na forma em que competências são distribuídas entre os entes da federação na Constituição Federal de 1988. A importância da questão ambiental é patente ao se atribuir competência exclusiva à União Federal para legislar sobre meio ambiente, águas, florestas, minas e jazidas.
- (D) A nova ordem constitucional reconheceu a gravidade dos danos ambientais ao admitir a aplicação de sanções penais a pessoas jurídicas como alternativa às sanções administrativas nas hipóteses em que os danos causados não tenham sido reparados.
- (E) São disponíveis as terras devolutas, ou arrecadadas pelos Estados por ações discriminatórias, em áreas de proteção ambiental não ocupadas por populações tradicionais.

53

Na preservação da cobertura florestal destacam-se duas áreas, cuja proteção se impõe: a área de reserva legal e a área de preservação permanente. Sua definição está diretamente relacionada ao modelo de desenvolvimento econômico adotado, tendo sido objeto de grande discussão na recente reforma do código florestal aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com o Código Florestal em vigor, pode-se conceituar Área de Preservação Permanente como:

- (A) Área criada para a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- (B) Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- (C) Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.
- (D) Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- (E) Área de floresta nativa situada em área rural ou urbana, de grande relevância para a manutenção do ecossistema local.

54

A Associação de Defensores da Mata promoveu ação civil pública para responsabilização da empresa Argos Indústria Química S/A por danos ambientais decorrentes do exercício de suas atividades. Alega-se que estariam sendo lançados resíduos poluentes no rio Doce, que deságua no Rio Claro utilizado como fonte de abastecimento da cidade, no qual foi registrada a existência de altos índices de metais pesados. Em sua defesa, a empresa alega que possui licença ambiental de instalação e funcionamento, que instalou todos os equipamentos determinados para reduzir o impacto ambiental de suas atividades e que os resíduos lançados no rio atendem à carga poluidora máxima. Considerando este contexto e a legislação em vigor, pode-se afirmar que:

- (A) Os moradores que se julgarem vítimas individuais da atividade poluidora da empresa Argos Indústria Química S/A poderão promover ação própria para reparação dos danos individualizáveis. Para tanto poderão utilizar a decisão proferida na ação civil pública que reconheceu a responsabilidade da empresa pelos danos ambientais, visto que a coisa julgada na ação civil pública tem efeito *erga omnes*.
- (B) Considerando que a empresa Argos Indústria Química S/A exerce legalmente suas atividades industriais, possuindo licença de instalação e de funcionamento, a Associação de Defensores da Mata deverá comprovar a culpa da empresa em relação ao dano causado.
- (C) A sentença que julgar improcedente o pedido por não restar demonstrado o dano ambiental faz coisa julgada, sendo vedado que outro legitimado promova nova ação, mesmo com base em novas provas resultantes do avanço científico.
- (D) A Associação de Defensores da Mata não terá legitimidade ativa para propor a ação civil pública se houver sido constituída em prazo inferior a um ano a contar da data do ajuizamento.
- (E) A Associação de Defensores da Mata não poderá pedir a tutela cautelar na ação civil pública, posto que esta legitimidade é privativa do Ministério Público.

55

Um morador do Distrito Federal representa junto ao Ministério Público contra o Restaurante Rincão do Planalto por danos ambientais. O restaurante é acusado de provocar poluição sonora ao funcionar com a apresentação de música ao vivo com emissão de ruído acima do limite permitido pela legislação. Agrava a conduta do restaurante o exercício de atividade sem o devido licenciamento e o fato de estar localizado em área residencial. Considerando esta hipótese marque a alternativa correta:

- (A) A abertura de inquérito civil público no Ministério Público somente será possível se o fato for apresentado por iniciativa de qualquer membro do Ministério Público ou de servidor público.
- (B) Ministério Público poderá requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias para informar inquérito civil que apura dano ambiental.
- (C) Concluído o inquérito civil o Ministério Público deverá propor ação civil pública para responsabilizar o poluidor ou firmar termo de ajustamento de conduta com o responsável pelo dano ambiental.
- (D) Descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o poluidor e o Ministério Público enseja o imediato ajuizamento de ação civil pública de responsabilização por dano ambiental.
- (E) A concessão de medida liminar na ação civil pública para responsabilidade por dano ambiental somente poderá ser deferida após a oitiva do réu.

56

A Madeireira Irmãos Silva Ltda é acusada de destruir floresta em área de preservação permanente, analisando a responsabilidade da pessoa jurídica e de seus dirigentes, marque a alternativa correta nos termos da legislação em vigor:

- (A) A aplicação de pena administrativa à Madeireira Irmãos Silva Ltda pelo descumprimento da legislação ambiental afasta a possibilidade de sua responsabilização civil pelos danos ambientais causados.
- (B) A condenação da Madeireira Irmãos Silva Ltda por crime ambiental afasta a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- (C) A Madeireira Irmãos Silva Ltda responde à ação criminal, considerando que o dano ou perigo de dano resulta de uma vontade institucional. A responsabilidade do seu administrador é independente da responsabilidade da empresa.
- (D) Na hipótese de a Madeireira Irmãos Silva S/A ser condenada por crime ambiental, não poderá ser imposta pena de prestação de serviços à comunidade, apenas de multa.
- (E) Para fins de aplicação da pena será considerada a gravidade do dano, não tendo relevância a situação econômica da Madeireira Irmãos Silva Ltda.

57

Das alternativas indique qual contém a definição correta de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental – SNUC, estabelecido pela Lei Federal nº 9985/2000 que regulamentou o disposto no artigo 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal.

- (A) Todas as unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
- (B) De acordo com o plano de manejo elaborado para determinada unidade de conservação ambiental, pode-se estabelecer a gestão por mosaico, na qual se integrarão as diversas restrições estabelecidas no zoneamento previsto para a área.
- (C) Nas unidades de conservação de uso sustentável somente é permitido o uso indireto de seus atributos naturais, ou seja, que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.
- (D) O Refúgio da Vida Silvestre e o Monumento Natural são unidades de conservação de proteção integral que podem ser compostas de áreas particulares.
- (E) Cada unidade de conservação disporá de um Conselho Deliberativo, responsável pela elaboração e aprovação de seu Plano de Manejo, que contará com a participação de representantes das populações tradicionais existentes na unidade e em sua zona de amortecimento.

58

A Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos significou notável avanço na proteção das águas no Brasil e deve ser interpretada segundo seus objetivos e princípios. Assim, marque a alternativa correta:

- (A) A Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos tem como princípios fundamentais, o princípio da dominialidade pública da água, o princípio da finitude, reconhecendo que a água é recurso natural limitado, e o princípio da gestão centralizada.
- (B) É vedado aos Municípios interferir, por meio da fixação de normas de uso e ocupação do solo urbano, na gestão dos recursos hídricos, ainda que seja para fins de saneamento básico.
- (C) Os Comitês de Bacias Hidrográficas são formados por consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, associações de usuários de recursos hídricos e organizações técnicas e de ensino e pesquisa na área hidrológica.
- (D) Os objetivos dorsais da Lei 9.433/97 são: a preservação da disponibilidade quantitativa e qualitativa de água, para as presentes e futuras gerações; a sustentabilidade dos usos da água, admitidos somente os de cunho racional; e a proteção das pessoas e do meio ambiente contra os eventos hidrológicos críticos.
- (E) É errado relacionar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos estabelecida pela Lei nº 9.433/97 ao princípio ambiental do usuário- pagador.

59

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, assim como os empreendimentos capazes, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão de controle ambiental. Marque a alternativa correta sobre esse processo de licenciamento.

- (A) A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento é automática, desde que não exista processo administrativo para responsabilização por dano ambiental.
- (B) A licença ambiental configura ato vinculado que gera direito subjetivo para o empreendedor. Assim, a Administração não poderá modificar os condicionantes ou as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida.
- (C) Os Estados e Municípios somente poderão emitir licença ambiental se tiverem implantado o Conselho de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e possuir em seus quadros, ou a sua disposição, profissionais legalmente habilitados.
- (D) Nas hipóteses em que é obrigatório o licenciamento ambiental estão dispensadas as demais licenças, devendo o Estudo de Impacto Ambiental – EIA conter expressamente a análise da legislação aplicável a essas licenças.
- (E) Órgão de controle ambiental expedirá sucessivamente a Licença Prévia (LP), a licença de Instalação (LI) e a Licença de Construção (LC), vedada sua expedição de forma isolada.

60

A regulamentação do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA tem por objetivo integrar as atividades de regulamentação, fiscalização e execução da política ambiental. Considerando a regulamentação em vigor marque a alternativa correta:

- (A) A CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, na hipótese de estarem envolvidos OGM – organismos geneticamente modificados, pode dispensar a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e o consequente RIMA, apesar de ser exigível por resolução do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (B) Poder de polícia ambiental não poderá ser objeto de delegação. É nulo o convênio que transfere o licenciamento ambiental da União para os Estados.
- (C) Não é da competência do CONAMA editar resolução fixando os limites de emissão de poluente ou ruído, pois se trata de norma restritiva ao exercício de atividade econômica, matéria que deve ser objeto de lei.
- (D) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, é o órgão federal responsável pela gestão das unidades de conservação ambiental, todavia a competência para fiscalizar atividades danosas ao meio ambiente nessas áreas é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- (E) A obra de dragagem de rio estadual deverá ser submetida ao licenciamento federal na hipótese de os impactos ambientais extrapolarem o território do ente estadual.

61

No exercício do poder de polícia ambiental, os órgãos de fiscalização poderão aplicar penalidades aos infratores e firmar termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos ambientais. Considerando o sistema de responsabilização ambiental estabelecido pela legislação federal assinale a alternativa correta:

- (A) A celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos não encerra a contagem da multa diária, que só cessará após a atestação de seu cumprimento pelo órgão fiscalizador.
- (B) O pagamento de multa por infração ambiental imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios não substitui a aplicação de penalidade pecuniária pelo órgão federal, em decorrência do mesmo fato.
- (C) O infrator tem direito à conversão da pena de multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, firmando termo de compromisso com o ente público.
- (D) Um mesmo infrator não poderá ser beneficiado pela conversão da multa em serviços mais do que duas vezes no período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.
- (E) O descumprimento do termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa. Na esfera administrativa implica na imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral, enquanto que na esfera civil resulta na imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

62

Os fatores ambientais são os elementos que compõem um ecossistema. Quais fatores ambientais são considerados básicos em um sistema ecológico?

- (A) Água, flora e fauna são os fatores básicos. Todos os demais fatores são considerados secundários, porém não menos relevantes para o equilíbrio do ecossistema a que pertencem.
- (B) Os biomas e os ecossistemas de transição contidos em um dado território constituem os fatores básicos dos ecossistemas, sejam primitivos ou alterados. Sem suas presenças ocorreriam rupturas ambientais.
- (C) O ar, a água, o solo, a flora, a fauna e o homem. Deles derivam todos os demais fatores considerados secundários, embora não menos relevantes para a coevolução dos fatores ambientais básicos.
- (D) O ar, a água, o solo, a flora e a fauna. Deles derivam todos os fatores ambientais considerados secundários, inclusive o próprio homem, cuja ocorrência somente se deu no planeta após a existência dos demais.
- (E) O homem é o único fator ambiental básico dos ecossistemas e se utiliza dos demais para desenvolver seus habitats preferenciais, seja no plano urbano, como no plano rural e nas áreas típicas da natureza.

63

Existem diversos tipos de estudos ambientais, cada qual com suas finalidades. Os mais conhecidos no meio consultivo são os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e os Estudos Preliminares de Viabilidade Ambiental (EPVA) que, embora bem menos utilizados, tiveram importantes usos na História dos Estudos Ambientais Brasileiros, hoje com cerca de quatro décadas de existência. Na maioria dos estudos, a etapa mais longa e abrangente refere-se ao Diagnóstico Ambiental da área de influência. Em trabalhos para projetos de hidroenergia e de mineração, por exemplo, para consolidar um diagnóstico ambiental completo pode ser necessária a elaboração de vinte a trinta Diagnósticos Ambientais Temáticos. É bastante comum que estudos ambientais destas naturezas sejam manuseados por diversas partes interessadas, sobretudo quando envolvem o licenciamento de um novo empreendimento. Muitas instituições os analisam, embora a decisão final de aprová-lo permaneça sob a responsabilidade de um órgão ambiental federal, estadual ou municipal. Desta forma, é relevante que cada parte interessada tenha o conhecimento mínimo para ponderar acerca do relatório final dos estudos. Qual a importância e a finalidade do Diagnóstico Ambiental Consolidado (DAC) para estes estudos?

- (A) Permitir que a equipe do estudo reúna conhecimentos que expliquem as sensibilidades e potencialidades ambientais da região e possa cruzar essas informações com as ameaças e oportunidades ambientais acarretadas pelo projeto, suas obras e a operação do empreendimento resultante. Sua importância é garantir a definição final da área de influência.
- (B) Estimular a equipe de analistas ambientais a realizar pesquisas mais profundas de dados e informações secundárias disponíveis acerca dos elementos dos meios físico, biológico e socioeconômico da área de influência do projeto, participando dessa maneira da construção do conhecimento ambiental de territórios nem sempre devidamente conhecidos.
- (C) Constituir o pré-requisito básico para a elaboração do prognóstico do comportamento ambiental da área de influência, face à presença do novo empreendimento, em suas etapas de projeto, de obras e de operação. Sua finalidade é permitir que a equipe envolvida nos trabalhos identifique os eventos e impactos ambientais que já estão ocorrendo na área de influência, decorrentes de empreendimentos colocalizados existentes ou mesmo de processos naturais, próprios da região.
- (D) Obrigar a equipe técnica a realizar diversas campanhas de campo a fim de coletar dados primários que atualizem as informações disponíveis e sustentem as conclusões sobre a qualidade ambiental da região dos estudos, antes da presença do empreendimento. Sua finalidade é subsidiar os processos subsequentes de prognósticos e de avaliação de impactos ambientais.
- (E) Permitir que a equipe do estudo reúna conhecimentos sobre as sensibilidades e potencialidades ambientais da região e possa cruzar essas informações com as ameaças e oportunidades ambientais acarretadas pelo projeto, suas obras e operação do empreendimento resultante. Sua finalidade é permitir a definição da área de influência.

64

Interessada em implantar projeto hoteleiro para aproveitar as belezas naturais do litoral do nordeste brasileiro, a empresa SOLAZER S/A informando-se sobre a legislação aplicável ao empreendimento, soube que será necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente nos termos da Resolução Conama nº 001/ 1986. Indique que outra afirmativa se aplica corretamente à hipótese:

- (A) O Estudo de Impacto Ambiental deverá conter a análise dos impactos ambientais permanentes do projeto, dispensada a análise de impactos meramente temporários ou cíclicos.
- (B) O Poder Público não poderá exigir que para mitigar os danos ambientais o Empreendedor adote opções técnicas e negociais diferenciadas, sob pena de interferir indevidamente na atividade econômica em desrespeito ao princípio constitucional da livre iniciativa.
- (C) O estudo de impacto ambiental será realizado por técnicos habilitados que não poderão ser escolhidos pelo empreendedor, sob as expensas do Poder Público.
- (D) O Relatório de Impacto Ambiental nada mais é do que um resumo do conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental, onde as principais conclusões devem estar apresentadas de forma clara e objetiva, em linguagem acessível ao público interessado.
- (E) O Relatório de Impacto Ambiental é um documento técnico ao qual não se poderá conferir publicidade sob pena de prejudicar a atividade econômica do empreendedor.

65

Observando o crescimento do número de conflitos e seu recrudescimento entre grandes investidores, grandes empresas e o próprio Governo Federal, tendo como contraponto vários atores do cenário ambiental brasileiro, calcados em negações a projetos de hidroenergia em áreas primitivas, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Todos os conflitos em andamento são de cunho político-ambiental.
- II. Os efeitos das alterações do micro e do mesoclima na área de influência de projetos de hidroenergia proporcionarão expressivas estiagens regionais, a médio prazo.
- III. As comunidades indígenas e ribeirinhas serão reassentadas em conformidade com as restrições e condicionantes estabelecidas pela entidade pública que emitiu as licenças ambientais.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) nenhuma das afirmativas for verdadeira.
- (E) todas as afirmativas forem verdadeiras.

66

O Brasil tem exercido um papel ativo em defesa do meio ambiente no cenário internacional, é signatário de vários acordos internacionais, incorporou diversos princípios ambientais consagrados internacionalmente ao texto constitucional, além de sediar o encontro da ECO – 92 no Rio de Janeiro. Considerando a política ambiental brasileira, à luz dos acordos internacionais, assinale a alternativa correta:

- (A) De acordo com o princípio fundamental da Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, cabe ao poder público garantir a qualidade de vida para gerações presentes e futuras, o que foi acolhido pela Constituição Federal de 1988.
- (B) Na Rio-92 ou Eco- 92 surgiram importantes acordos ambientais, como a Carta da Terra, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21, sendo este o documento que consagra o desenvolvimento sustentável como meta a ser atingida no século XXI.
- (C) O Protocolo de Quioto, celebrado em 1997 estabelece as regras para a utilização de mecanismos de modificação genética como forma de proteger a biodiversidade.
- (D) A Teoria da Governança Ambiental, expressa na Declaração de Johannesburg de 2002, consiste na participação popular na definição das políticas públicas ambientais.
- (E) Os Certificados de Emissões Reduzidas – CER – são títulos utilizados no mercado financeiro para permitir a expansão da base industrial dos países subdesenvolvidos de forma a controlar a emissão de gases clorofluorcarbono – CFC e proteger a camada de ozônio, nos termos do Protocolo de Montreal – 1987.

67

Considere que indústrias de um polo industrial, localizado 500 metros a montante de um povoado que vive de produtos da pesca, lançam esgotos industriais e domésticos sem tratamento no rio que abastece o povoado, avalie as afirmativas a seguir:

- I. A água do rio sofrerá um processo gradativo de poluição incremental.
- II. A ictiofauna que sobe o rio irá procurar outros braços do rio, reduzindo a oferta de pescado no mercado do povoado.
- III. O Juiz da Comarca poderá dar ganho de causa à ação civil pública impetrada pelos cidadãos do povoado, determinando que seja realizado o tratamento primário para todas as indústrias do polo e multando-as para cobrir as perdas de receita dos pescadores que negociam seus excedentes no mercado.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) nenhuma das afirmativas for verdadeira.
- (E) todas as afirmativas forem verdadeiras.

68

Considerando a edição de Lei Estadual que estabelece vedação ao cultivo, à manipulação, à importação, à industrialização e à comercialização de organismos geneticamente modificados, marque a alternativa correta.

- (A) A Lei Estadual que regulamenta a utilização de organismos geneticamente modificados resulta da competência concorrente para dispor sobre produção, consumo, proteção e defesa da saúde, segundo a qual cabe à União estabelecer as normas gerais e aos Estados apenas suplementá-las.
- (B) A Lei Estadual que cria exigências, procedimentos e penalidades relativos à rotulagem informativa de produtos transgênicos tem fundamento na competência concorrente dos Estados para legislar sobre preservação ambiental, prevalecendo sobre a legislação federal naquilo que dispuser de forma mais específica para atender aos interesses regionais.
- (C) É inconstitucional a Lei Estadual que dispõe sobre cultivo, manipulação, importação, industrialização e a comercialização de organismos geneticamente modificados, pois é competência exclusiva da União legislar sobre direito agrário, comércio e transporte.
- (D) A existência de lei federal que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados esgota a competência para tratar do tema, não restando espaço para que os Estados editem normas suplementares.
- (E) O estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de Organismos Geneticamente Modificados – OGM e seus derivados é atribuição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e dos respectivos órgãos estaduais de assessoramento ambiental.

69

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) foi instituída pela Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997. A PNRH baseia-se nos seguintes fundamentos:

- a água é um bem de domínio público;
- a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Em seu texto legal, dispõe diversas orientações que envolvem o uso dos recursos hídricos nacionais. Avalie as afirmativas abaixo sobre as orientações apresentadas:

- I. A outorga do uso dos recursos hídricos será efetivada por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.
- II. A PNRH determina que deve ser considerada como área de influência de qualquer empreendimento a bacia hidrográfica em que se localiza.
- III. Não existe na PNRH qualquer cláusula que dê compensações aos municípios da bacia hidrográfica, ficando a cargo do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) nenhuma das afirmativas for verdadeira.
- (E) todas as afirmativas forem verdadeiras.

70

Considerando que as relações ambientais consistem nas trocas sistemáticas de energia, matéria e informação entre os fatores ambientais e entre cada fator e os ecossistemas de que participam, como se deve entender o conceito de impactos ambientais?

- (A) Qualquer alteração adversa (considerada negativa) das propriedades físicas, químicas e bióticas do ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, diretamente ou indiretamente, afetam: a saúde e a segurança das pessoas, as suas atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.
- (B) Qualquer efeito percebido no ambiente, proveniente ou não da ação humana, que seja capaz de afetar as variações das transações de energia, matéria e informação, estabelecidas entre o fator ambiental e o sistema ecológico de que participa.
- (C) Os efeitos negativos decorrentes do projeto, das obras e da operação de qualquer empreendimento, os quais ocorrem em diversas sucessões de causa e efeito, ocasionando eventos derivados nos variados níveis dos processos de transformação ambiental.
- (D) Os efeitos adversos sobre a água, o solo e a flora, decorrentes do projeto, das obras e da operação de qualquer empreendimento, proporcionando condições para que novas alterações se sucedam no ambiente, afetando o ar, a fauna e o homem, bem como reiniciando novos ciclos de efeitos adversos.
- (E) Os efeitos adversos sobre os fundamentos dos ecossistemas, ou seja, os biomas e os ecossistemas de transição da área de influência de um empreendimento, criando chances para que se desenvolvam novos ciclos de efeitos ambientais que podem ser intermitentes, caso não haja medidas de mitigação.

71

O SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente é formado por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como por fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. A qualidade ambiental a ser protegida e melhorada pelo SISNAMA consiste

- (A) nos ajustes do conceito original da qualidade, das Empresas para o Ambiente, constante das séries de normas ABNT-NBR-ISO:9.000 e 14.000, efetuados por órgãos que pertencem ao SISNAMA ou por entidades que tenham recebido esta delegação.
- (B) nas condições e nos requisitos básicos, de natureza física, química, biológica, social, econômica e cultural, de qualquer espaço territorial, de tal modo que os fatores ambientais que o constituem, em qualquer instante, exerçam efetivamente as relações ambientais que lhes são essenciais.
- (C) na capacidade de um dado espaço territorial em deter as condições adequadas para a manutenção e melhoria da qualidade de vida do homem que o ocupe, sem que ocorram perdas ambientais significativas para os demais fatores ambientais, básicos e secundários.
- (D) na resultante dos efeitos positivos derivados do equilíbrio ecológico de um qualquer território que o torna capaz de assegurar a qualidade de vida do homem que o ocupe e/ou o utilize, sem que ocorram perdas ambientais significativas para os demais fatores ambientais, básicos e secundários.
- (E) na qualidade atingida pelo ambiente de um dado território, de tal forma que permita a convivência harmônica de áreas urbanas e rurais com ecossistemas primitivos, sem impactos adversos incidindo sobre qualquer um dos atores envolvidos (urbanos, rurais e primitivos).

72

Para o Ministério do Meio Ambiente, o Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Contudo, o próprio Ministério apresenta mais oito tipos de zoneamento, com finalidades distintas. A necessidade de nove modalidades de zoneamento é motivada

- (A) por custos relativamente elevados para o desenvolvimento dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos, impedindo a sua realização por estados e municípios com menor capacidade econômica.
- (B) pela falta de dados e informações para realizar de forma completa os Zoneamentos Ecológico-Econômicos, impossibilitando que os mesmos considerem os processos que não possuem representação geográfica.
- (C) pela necessidade de se ajustar às necessidades específicas de cada poder contratante, embora o Zoneamento Ecológico-Econômico possa ser ajustado para as demais modalidades de zoneamento.
- (D) pela ausência de equipes minimamente capacitadas para avaliar os resultados dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos realizados, muito embora sejam capazes de avaliar zoneamentos mais simples.
- (E) Pelo fato de que todas as nove modalidades de zoneamento existentes vêm sendo, frequente, exaustiva e largamente, realizadas nos estados e regiões brasileiras desde a década de 1990.

73

A previsão e a prevenção de desastres naturais possuem técnicas consagradas para serem realizadas de maneira adequada. Vários municípios brasileiros vêm sofrendo eventos ambientais desta natureza, culminando em desastres humanos, alguns de grandes proporções. Quais ações públicas precisam ser realizadas para minimizar os efeitos adversos desses eventos?

- (A) Elaborar a Política Nacional para Pronta-Resposta a Acidentes e Emergências; realizar as obras de contenção de encostas e reflorestar áreas desmatadas; realizar treinamento em ações de pronta-resposta a acidentes e emergências.
- (B) Identificar as áreas de risco geológico e geotécnico dos municípios mais afetados e providenciar as obras necessárias para contenção de encostas, estabilidade de taludes e reflorestamento dos solos expostos em áreas de maior declividade.
- (C) Identificar e priorizar as áreas de risco em cada município; implantar um programa de educação social específico ao tema; retirar e reassentar moradores; ampliar e equipar o corpo técnico da defesa civil; executar obras de controle de encostas.
- (D) Ampliar o capital humano da defesa civil brasileira; realizar treinamento intensivo em ações de pronta-resposta a eventos ambientais; implantar um programa de educação social específico ao tema.
- (E) Criar forças-tarefas capacitadas para responder a esses eventos; atuar em conformidade com a política de cada estado da federação no que concerne a desastres naturais e emergências; executar obras de controle de encostas.

74

A questão do Pagamento por Serviços Ambientais é bastante complexa e delicada, especialmente quando cobra da sociedade um preço para manter, pelo menos, as “grandes florestas em pé”, sem desmatamentos ou queimadas. Várias instituições de pesquisa já se debruçaram sobre este problema visando a engendrar uma solução que seja aceitável por toda a sociedade mundial. Estudaram alternativas para que “os povos das florestas” tivessem algo que pudessem comercializar e sobreviver. Um dos pesquisadores estimou que seria justo cobrar o preço de US\$ 20/ha/ano pela manutenção das florestas. Considerando a operacionalização dos estudos realizados, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Embutido neste preço estará a manutenção da biodiversidade das florestas.
- II. Embutido neste preço estará a manutenção do estoque de carbono pelas florestas.
- III. Embutido neste preço estará a manutenção do ciclo das águas nas florestas.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) nenhuma das afirmativas for verdadeira.
- (E) todas as afirmativas forem verdadeiras.

75

O Brasil já participa hoje do seleto grupo de países aptos a realizar eventos esportivos internacionais, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Assim, acontecerão no Brasil os eventos de 2012, 2014 e 2016, respectivamente. Diversos projetos de arquitetura e de engenharia, envolvendo portos, aeroportos, mobilidade urbana (Bus Rapid Transport – BRT, Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, metrô, corredores expressos, obras de arte especiais e etc), estádios de futebol e instalações olímpicas, foram necessários. Todos os projetos requereram a autorização ambiental dos órgãos responsáveis para que suas obras fossem executadas, inclusive, para alguns casos, o documento de Dispensa de Licenciamento Ambiental. Os equipamentos esportivos e não-esportivos resultantes serão legados para o país. Decerto, estão em andamento mais de uma centena de obras de porte para a realização desses eventos internacionais. Considerando a contextualização acima, analise.

- I. As obras em áreas urbanas não necessitam de gestão ou de monitoração ambiental.
- II. Todos os investimentos necessários estão sendo realizados pelo poder público.
- III. Todas as obras devem ter certificação de sustentabilidade para que os equipamentos construídos obtenham suas licenças de operação.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) nenhuma das afirmativas for verdadeira.
- (E) todas as afirmativas forem verdadeiras.

76

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Existe uma ordem de prioridade no processo da gestão dos resíduos sólidos estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assinale-a.

- (A) Redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos.
- (B) Reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos.
- (C) Geração de energia, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos.
- (D) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos.
- (E) Geração de energia, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos.

77

A Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e define as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. O Grupo das Unidades de Proteção Integral foi definido como: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio da Vida Silvestre. O Grupo das Unidades de Uso Sustentável foi definido como: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Considerando as informações, analise.

- I. A Coordenação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é realizada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.
- II. A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites poderão permanecer existindo, mas somente se forem tratadas em regime de manejo sustentável, de acordo com o que dispõe a lei.
- III. A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

Assinale se

- (A) apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (B) apenas a afirmativa II for verdadeira.
- (C) apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (D) nenhuma das afirmativas for verdadeira.
- (E) todas as afirmativas forem verdadeiras.

78

Segundo a opinião de alguns experientes especialistas ambientais, a Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) é considerada a etapa mais importante de um EIA (Estudo de Impacto Ambiental). Contudo, existem muitos métodos distintos para realizá-la e, em consequência, terão resultados distintos que serão mais ou menos adequados a cada caso. Qual o conjunto adequado de critérios e premissas que os métodos considerados universais (utilizáveis para qualquer tipo de projeto) precisam possuir?

- (A) Permitir que os analistas qualifiquem cada um dos impactos previstos (pequeno, médio ou grande); a partir da análise acurada dos impactos, ordená-los segundo sua intensidade e magnitude; atribuir notas a cada impacto com total imparcialidade para confirmar sua importância no contexto dos impactos; o grupo de analistas prepara o relatório final da avaliação de impactos ambientais.
- (B) Considerar, analisar e estimar os atributos de cálculo dos impactos ambientais primários; estabelecer cenários ambientais alternativos para a área de influência do projeto; estimar o impacto líquido de cada impacto primário; estimar o impacto líquido de cada evento gerador de impacto primário; estimar o impacto líquido de cada intervenção de engenharia que acarreta os eventos geradores; estimar o impacto líquido do empreendimento.
- (C) Considerar todos os atributos dos impactos ambientais na análise de cada impacto: sentido do impacto, ou seja, se ele é positivo ou negativo; se ele é direto ou indireto; se ele é local, regional ou estratégico; se ele é imediato, ou ocorre em médio ou em longo prazo; se ele é permanente, temporário ou cíclico; se ele é reversível ou irreversível. A partir dos atributos acima, estimar a magnitude e intensidade de cada impacto e ordenar os impactos pelo produto entre magnitude e intensidade.
- (D) Reunir um conselho de especialistas e de não especialistas e apresentar uma lista de questões para ser respondida pelos integrantes do grupo; a coordenação do estudo processa a lista de respostas; novas informações são geradas e novas questões são então remetidas ao conselho de especialistas, repetindo-se esse processo tantas vezes quantas necessárias para que seja alcançado o consenso; ao fim, a coordenação prepara uma síntese das conclusões obtidas.
- (E) Reunir um grupo de especialistas; o grupo identifica os fatores causais dos impactos e depois identifica os impactos primários (condições iniciais); o grupo identifica os impactos secundários (condições consequentes); o grupo identifica os impactos terciários (condições finais); o grupo apresenta medidas corretivas e/ou ações para o controle dos impactos.

79

Muitas palestras são realizadas acerca dos Princípios da Economia Verde e suas consequências positivas para a sociedade. Também há vários artigos publicados que apresentam o tema em detalhes. Contudo, muitas vezes, suas abordagens têm predominância econômica ou tendem a se situarem mais na ótica ambiental. Há duas formas de abordar e manter esses princípios: ou através de políticas públicas ou de políticas organizacionais, anteparadas pelo poder público. Seguem alguns exemplos das diretrizes de uma organização hipotética visando a estabelecer seus próprios princípios de economia verde.

- I. Reduzir o consumo de água e energia, mantendo a qualidade de seus produtos e serviços.
- II. Tratar adequadamente todos os resíduos e efluentes que produz, observando as condições e as consequências de seus destinos.
- III. Proporcionar condições para o reúso de recursos ambientais, observando quais materiais são inservíveis e suas possíveis reutilizações.
- IV. Proporcionar condições adequadas para a reciclagem de materiais, produtos inutilizados e embalagens.
- V. Capacitar recursos humanos e multiplicadores, tanto internos quanto externos, em temas de interesse ambiental e da sustentabilidade.
- VI. Realizar controles e reabilitações ambientais dos ecossistemas de sua área de influência.

Com base nestes exemplos de diretrizes, selecione a alternativa mais rentável a médio e longo prazo para uma organização, considerando a existência de legislação ou normas específicas para cada um dos itens exemplificados.

- (A) Todas as diretrizes propostas são incompatíveis com a cultura das organizações brasileiras e não devem ser consideradas.
- (B) Todas as diretrizes propostas devem estar contempladas no plano estratégico de qualquer organização.
- (C) As diretrizes I e V não devem ser assumidas pelas organizações, pelo fato de que geram despesas e não atendem às suas atividades-fim.
- (D) Para serem consideradas, as diretrizes propostas devem ser avaliadas segundo as despesas e custos que demandam em qualquer organização.
- (E) Todas as diretrizes propostas devem estar contempladas por todas as organizações dos setores extrativo e de transformação.

80

Uma etapa importante dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) é a elaboração dos Prognósticos Ambientais Consolidados (PAC) da área de influência de um projeto, ou seja, a previsão de cenários futuros alternativos (prognose) para essa área, considerando, conforme determina a legislação vigente, pelo menos duas alternativas: com e sem a presença do empreendimento implantado. Sempre existem incertezas em todos os prognósticos ambientais realizados. Todavia, na ausência dos prognósticos, a gestão ambiental será prejudicada, pois não haverá parâmetros de comparação do cenário ambiental diagnosticado com um cenário futuro prognosticado. Por este motivo, a estrutura dos eventos ambientais dos prognósticos precisa ser a mesma do diagnóstico. O que varia é a intensidade da transformação ambiental que acarretam em cada cenário. A simples “Identificação de Impactos Ambientais” não é suficiente para permitir que os mesmos sejam avaliados da forma adequada. Considerando a contextualização, analise.

- I. Os custos para a elaboração dos Prognósticos Ambientais são elevados, demandam tempo e não trazem benefícios equivalentes para os processos de tomada de decisão, tanto para o órgão ambiental que os analisa, quanto para o empreendedor que deseja a implantação de seu projeto.
- II. Há metodologias para elaboração do Prognóstico Ambiental que trabalha com até quatro cenário distintos, a saber: (i) o diagnosticado; (ii) o cenário prognosticado sem a implantação do empreendimento; (iii) o cenário prognosticado com a implantação do empreendimento; e (iv) o chamado cenário alvo, que pretende ser o cenário futuro da região com empreendimento implantado e otimizado pelas medidas de um plano específico.
- III. O processo de Identificação de Impactos Ambientais é normalmente realizado apenas para o cenário futuro com o empreendimento.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) nenhuma das afirmativas for verdadeira.
- (E) todas as afirmativas forem verdadeiras.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Meio Ambiente do Tipo 1 (Branco – 15M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.